



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

**EDITAL Nº 046/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0153/2024.**  
**INEXIGIBILIDADE Nº. 032/2024.**  
**CREDENCIAMENTO Nº 06/2024.**

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONSULTAS MÉDICAS, E EXAMES, PARA ATENDER A DEMANDA NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS DEPARTAMENTOS, POR SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG**, torna público, à partir do dia **21 (vinte e um) de Novembro de 2024**, que estará recebendo documentação para a realização de credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas na realização de serviços médicos, consultas médicas e exames, para atender a demanda da secretaria municipal de saúde.

Edital encontra-se à disposição dos interessados no seguinte endereço: Rua Montes Claros, 243, centro, de 07:00 às 13:00 horas, nos dias úteis.

São Francisco-MG, 19 de novembro de 2024.

**MIGUEL PAULO SOUZA FILHO**

Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## JUSTIFICATIVA DO CREDENCIAMENTO.

Justifica-se um novo credenciamento, pois tendo em vista que o Credenciamento realizado neste ano de 2024 o quantitativo não foi o suficiente pois a demanda do município teve um aumento considerável. A contratação em vista de garantir a execução dos eventos significativos que acontecem no âmbito de suas atribuições, levando em consideração a natureza da demanda institucional, tendo em vista os princípios administrativos da publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, bem como em critérios técnicos, para a contratação de Pessoa Jurídica/Pessoa Física especializada em prestação de serviços médicos, a presente contratação se justifica em razão da necessidade de oferecermos um serviço de saúde eficiente para a população, uma vez que, não dispomos em nossa estrutura organizacional, um quadro de profissionais habilitados. Justificativa para credenciamento de fonoaudiólogo: Considerando a necessidade de garantir a continuidade do atendimento especializado em fonoaudiologia aos munícipes de São Francisco, a Secretaria Municipal de Saúde se vê na obrigação de promover o presente credenciamento. Tal medida se faz necessária devido à licença maternidade da única profissional fonoaudióloga atuante no município, o que deixou a rede pública temporariamente sem atendimento nessa especialidade. A demanda pelos serviços de fonoaudiologia, especialmente para acompanhamento de crianças e adultos com distúrbios de comunicação e audição, é contínua e essencial para a promoção da saúde e o desenvolvimento dos pacientes. Portanto, a ausência de um profissional dedicado a essa área compromete diretamente a qualidade do atendimento prestado pela rede pública de saúde.

Diante da dificuldade em encontrar profissionais para preenchimento de vagas em tempo integral, a Secretaria de Saúde opta pelo credenciamento, possibilitando que o profissional contratado atenda sem a necessidade de cumprimento da carga horária regular. Essa flexibilização visa atrair profissionais, ampliando as chances de suprir a atual carência, ao mesmo tempo em que assegura a manutenção do atendimento à população.

Assim, o credenciamento de fonoaudiólogos se justifica como uma ação indispensável para assegurar que o município de São Francisco continue oferecendo o atendimento em fonoaudiologia, garantindo que os pacientes não fiquem desassistidos durante o período de licença da profissional titular.

Diante do exposto, fica evidenciado que a contratação deste serviço é de fundamental importância para garantir o adequado funcionamento dos órgãos/unidades da Secretaria Municipal de Saúde na prestação dos serviços ofertados a população.

A contratação em apreço justifica-se de modo a evitar a descontinuidade dos serviços prestados, sendo que a quantidade estimada para contratação foi calculada com base nos Serviços ofertados nos exercícios anteriores.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0153/2024.

### INEXIGIBILIDADE Nº. 032/2024.

### CREDENCIAMENTO Nº 006/2024.

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONSULTAS MÉDICAS E EXAMES, PARA ATENDER A DEMANDA NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS DEPARTAMENTOS, POR SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE.**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Rua Montes Claros, 243, centro, CEP 39.300-00, inscrito no CNPJ sob o n. 22.697.153/0001-40, doravante denominada PREFEITURA, em conformidade com o estabelecido no artigo 74, IV c/c 79, I da Lei Federal nº 14.133/2021 neste Edital e seus anexos, torna público que estará recebendo à partir do dia **21 (vinte e um) de Novembro de 2024**, pedidos de inscrição de pessoas físicas e jurídicas interessadas em participar do procedimento de credenciamento para prestação de serviços médicos ao Município de São Francisco - MG, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O presente procedimento de credenciamento será coordenado pela Equipe do Agente de Contratação e equipe de apoio instituída pela Portaria nº. 425/2024.

### 1. DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste Processo, nos termos da Lei federal nº. 14.133/2021, o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas na realização de serviços médicos, consultas médicas e exames, para atender a demanda no atendimento especializado da Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos, por seleção paralela e não excludente mediante adesão às condições previstas neste Edital.

1.2.- Este credenciamento definirá as pessoas físicas e/ou jurídicas habilitadas, ao credenciamento que, após formalização por Contrato, ficarão autorizadas a prestar serviços na área de saúde do Município de São Francisco - MG e em conformidade com o estabelecido neste Edital e seus anexos. O credenciamento se dará por seleção Paralela e não excludente nos termos do inciso I, do artigo 3º do decreto nº 018, de 05 de março de 2024.

### 2. DO PEDIDO DE INSCRIÇÃO.

2.1- As inscrições ficarão abertas até **31 (trinta e um) de dezembro de 2024**, contados a partir da data da primeira publicação, podendo ser contratados novos profissionais de saúde, na vigência deste, desde que obedecidas as exigências estabelecidas no edital, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária da Administração Municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

2.2- Este Edital será divulgado através de extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, Hoje Em dia e no site oficial da Prefeitura site: [www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br](http://www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br).

2.3 Outros esclarecimentos ou consultas ao Edital poderão ser obtidos através do telefone (038) 99231-0052 e/ou e-mail [licitacao@saofrancisco.mg.gov.br](mailto:licitacao@saofrancisco.mg.gov.br).

## 3. DO PRAZO, VALIDADE E PARTICIPAÇÃO.

3.1 Este edital obedecerá aos seguintes prazos e validades:

a) **prazo de inscrições: 21 (vinte e um) de Novembro de 2024 até 31(trinta e um) de dezembro de 2024.**

b) validade do credenciamento: 12 (doze) meses, prorrogável, a critério exclusivo de oportunidade e conveniência da Administração Municipal, por igual período, mediante a manutenção da documentação relacionada, pelo prazo máximo nunca superior a 60 (sessenta meses).

3.2 Poderão participar do procedimento de credenciamento todas as pessoas físicas e/ou jurídicas que militem no ramo pertinente ao objeto descrito.

3.3 É vedada a participação de pessoas físicas e/ou jurídicas que:

- a) não atendam às condições e exigências contidas no presente Edital;
- b) tenham sofrido restrições de qualquer natureza resultantes de contratos firmados com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado;
- d) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- f) Também não poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.
- g) cujos sócios, administradores, empregados, controladores ou profissionais do corpo técnico sejam servidores ou empregados públicos integrantes do quadro pessoal do Licitante (art. 9º, §1º, da Lei 14.133/2021).
- h) estiver em processo de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4 As informações complementares que se fizerem necessárias referentes ao Edital será prestada pelo Agente de Contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

3.4.1 Esclarecimentos de dúvidas sobre os documentos serão atendidos mediante solicitação, por escrito, encaminhada ao Agente de Contratação, que poderão ser respondidas, aquelas consideradas pertinentes, a todos os interessados que tenham retirado este Edital, inclusive pessoas físicas e jurídicas já credenciadas;

a) Não será levado em consideração qualquer consulta, pleito ou reclamação, que não tenha sido formulada por escrito e devidamente protocolizada na sala de licitações, sendo, ato contínuo, encaminhada ao Agente de Contratação.

## 4. DA ENTREGA DOS ENVELOPES.

4.1 O envelope contendo o Requerimento de Inscrição e a documentação necessária à análise do credenciamento do interessado deverá ser indevassável, hermeticamente fechado e entregue à Equipe de Agente de Contratação no setor de Licitação em caso o profissional opte em realizar o credenciamento de forma Presencial, na forma prevista neste Edital, conforme endereço e horário abaixo especificado. Caso o mesmo opte em encaminhar a documentação via e-mail, ficará o mesmo responsável em encaminhar toda documentação necessária prevista no edital, com a seguinte identificação no assunto: **“CREDENCIAMENTO 06/2024– DOCUMENTAÇÃO”**, contendo no corpo da mensagem as mesmas informações do quadro mencionado item abaixo.

a) local de entrega do envelope e realização do credenciamento: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Francisco - MG, sito à Rua Montes Claros, 243, centro, CEP 39.300-000;

b) horário para entrega do envelope: em dias úteis, das 07h00min às 13h00min;

4.2 No envelope apresentado de forma presencial deverá indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG**

**À EQUIPE DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**PROCESSO LICITATORIO Nº 0153/2024**

**CREDENCIAMENTO Nº 006/2024**

**PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS: nome da empresa ou profissional interessado.**

**ENDEREÇO:**

**CIDADE:**

4.3- A PREFEITURA não se responsabilizará pelo envelope entregue em datas, locais e horários distintos daqueles indicados e definidos neste Edital.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

**MINAS GERAIS**

**Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40**

## **5. DO CREDENCIAMENTO.**

5.1- Será realizada coleta e análise dos documentos do item 07, referentes a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista Econômica e Financeira e qualificação técnica de pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas no objeto descrito neste Edital, além do cumprimento de outras obrigações contidas na legislação aplicável e neste instrumento convocatório;

5.2- Observado o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas neste Edital, o credenciamento de cada interessado dar-se-á com a ata registrando o Credenciamento e posterior, a secretaria Municipal de saúde solicitará por meio de ofício a contratação do profissional, para a assinatura do termo contratual correspondente, sendo a sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

5.3- Entre os credenciados da mesma categoria, serão classificados pela ordem de apresentação dos envelopes contendo os documentos de habilitação, junto ao setor indicado no item 4.1, a, do presente instrumento e posteriormente, o mesmo critério será adotado para a contratualização dos credenciados, ou seja, conforme a ordem cronológica de apresentação. A secretaria Municipal de Saúde poderá ainda olhar a disponibilidade do profissional, e assim justificar por meio de ofício no momento em que solicitar a contratação, sempre observando o artigo 3º, inciso I do decreto 18 de 2024 do Município de São Francisco/MG.

5.4- O credenciamento terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do extrato do EDITAL, no órgão oficial, podendo ser prorrogado na forma da legislação em vigor, a Critério da Administração.

5.5- Os serviços a serem prestado serão na sede do município de São Francisco especificamente junto a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos da administração municipal que integram o sistema único de saúde, inclusive no Centro de Saúde e Centro de Especialidades, junto à população do município.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO.**

6.1- Os documentos exigidos para habilitação no presente processo de credenciamento poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, desde que acompanhado pelos documentos originais, ou, ainda, através de publicação da imprensa oficial, sendo vedada a fotocópia efetuada por fac-símile.

6.1.1- Os documentos poderão, também, ser apresentados em cópias simples, porém acompanhados dos originais para serem autenticados pelo Agente de Contratação e sua equipe.

6.2- As certidões de regularidade e outros documentos emitidos via internet deverão ser devidamente confirmadas e autenticadas pelo Agente de Contratação e sua equipe.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

6.3. Não serão consideradas documentações apresentadas por fax;

6.4. Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade na data de entrega dos envelopes, de que trata o item 4 deste Edital;

6.5. Documentos que não tenham a sua validade expressa e/ou legal fixada pelo órgão emissor serão considerados válidos pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua emissão;

6.6. Quando a pessoa jurídica possuir filiais, todos os documentos apresentados deverão se referir a um só local de competência.

6.6.1. Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo, quando, no caso de tributos e contribuições das filiais, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua matriz ou sede. Neste caso, os documentos comprobatórios de tal centralização, fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), deverão ser apresentados juntamente com a documentação correspondente.

6.6.2 Os interessados deverão entregar a documentação das seguintes formas, alternativamente:

6.6.2.1 Presencialmente, em envelope lacrado e devidamente identificado, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Francisco/MG, das 07h às 13h, de segunda-feira a sexta-feira.

6.6.2.2 Eletronicamente, através do e-mail [licitacao@saofrancisco.mg.gov.br](mailto:licitacao@saofrancisco.mg.gov.br), com a seguinte identificação no assunto: **“CREDENCIAMENTO 06/2024 – DOCUMENTAÇÃO”**, contendo No corpo da mensagem as mesmas informações do quadro mencionado item acima;

6.6.3 Serão considerados credenciados todos aqueles que apresentem os documentos enumerados no item 07 deste instrumento.

## 7. DA DOCUMENTAÇÃO.

7.1. Do interessado em se credenciar para prestação de serviços Médicos na área de saúde do Município de São Francisco - MG será exigida, para fins de participação, a apresentação dos seguintes documentos:

### PESSOA JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e ultima alteração contratual, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato social consolidado);
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na Alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Cédula de Identidade e CPF dos Sócios.

## 7.2. Documentos Relativos à Regularidade trabalhista:

- a) - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, em um único documento (Certidões Negativas na forma prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8036 de 11 de maio de 1990;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal onde for sediada a empresa, mediante apresentação de certidões negativas de competência Municipal.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07/07/2011. Para fins de habilitação, **será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho-TST.**

## 7.3. Documentos Relativos à Qualificação Econômico -Financeira:

- a) certidão negativa de falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade mínima de 90 (noventa) dias.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## 7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a). Cópia do registro profissional do responsável técnico da empresa, junto a entidade competente da respectiva unidade da federação a qual funciona.
- b) Registro do profissional no Conselho competente e o diploma expedido pela instituição competente;
- c) Comprovação da Especialização (quando assim o exigir);

## 7.5 DAS DECLARAÇÕES

a) Declaração, Anexo II deste edital, Requerimento de Inscrição do Credenciamento, onde o Profissional ou empresa credenciada informarão quais serão os itens do Anexo I, Termo de Referencia os mesmos estão habilitados a prestar o serviço. (deverá informar os itens que irão credenciar).

b). Declaração, Anexo III deste Edital, para fins de participação a empresa/Pessoa Física deverão apresentar as seguintes informações.

I- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pelo Município de São Francisco/MG e de que o requerimento apresentado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Se for o caso, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - Que não possui nenhum impeditivo vigente para participar do presente credenciamento, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

VI - Na execução do objeto contratado, a (o) Contratada (o) se responsabiliza pelo uso regular de dados de pacientes para uso exclusivo das finalidades do Município de São Francisco/MG, sob pena de sofrer as sanções legais.

VII - Declaro serem autênticos os documentos apresentados para fim de habilitação.

c) Declaração de Acumulação de Cargos (anexo IV).

d) Declaração de indicação de responsabilidade técnica (Anexo V), pessoas jurídicas terão que informar obrigatoriamente quem serão os profissionais que fazem parte do quadro da empresa, e que poderão atuar neste credenciamento, neste caso apresentar o registro do profissional.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

7.6. A documentação completa deverá ser protocolizada nos termos do item 4 deste edital.

7.6.1 Em relação ao documento de que trata o subitem anterior, será aceito, para efeito de habilitação, protocolos de entrega ou solicitação de documento perante o órgão competente.

## PESSOA FÍSICA

### 7.7. HABILITAÇÃO.

- a). Cópia da Cédula de Identidade;
- b). Cópia do CPF;
- c) comprovante de Regularidade com a justiça Eleitoral;
- d) Regularidade de débitos com a Fazenda Municipal sede da licitante
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União.
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual ou Distrital.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 12.440, de 07/07/2011.

### 7.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a) Cópia do registro profissional do responsável técnico da empresa, junto a entidade competente da respectiva unidade da federação a qual funciona.
- b) Registro do profissional no Conselho competente e o diploma expedido pela instituição competente;
- c) Comprovação da Especialização (quando assim o exigir);

### 7.9 DAS DECLARAÇÕES

- a) Declaração, Anexo II deste edital, Requerimento de Inscrição do Credenciamento, onde o Profissional ou empresa credenciada informarão quais serão os itens do Anexo I, Termo de Referência os mesmos estão habilitados a prestar o serviço. (deverá informar os itens que irão credenciar).
- b). Declaração, Anexo III deste Edital, para fins de participação a empresa/Pessoa Física deverão apresentar as seguintes informações.

I- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pelo Município de São Francisco/MG e de que o requerimento apresentado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Se for o caso, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - Que não possui nenhum impeditivo vigente para participar do presente credenciamento, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

VI - Na execução do objeto contratado, a (o) Contratada (o) se responsabiliza pelo uso regular de dados de pacientes para uso exclusivo das finalidades do Município de São Francisco/MG, sob pena de sofrer as sanções legais.

VII -

VII - Declaro serem autênticos os documentos apresentados para fim de habilitação.

c) Declaração de Acumulação de Cargos (anexo IV).

d) Declaração de indicação de responsabilidade técnica (Anexo V), pessoas jurídicas terão que informar obrigatoriamente quem serão os profissionais que fazem parte do quadro da empresa, e que poderão atuar neste credenciamento, neste caso apresentar o CRM do profissional.

7.9.1 Em relação ao documento de que trata o subitem anterior, será aceito, para efeito de habilitação, protocolos de entrega ou solicitação de documento perante o órgão competente.

## **8. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO.**

8.1 Os documentos constantes do item 7, serão analisados pelo Agente de contratação juntamente com sua equipe, quanto a sua conformidade com o solicitado em edital.

**8.2.** Todos os documentos relacionados deverão estar dentro do prazo de validade, conforme o caso e os que não o indicarem devem ter sido emitidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

**8.3.** Os documentos poderão ser apresentados através de cópia, em formato digitalizado e em PDF, de forma compreensível.

**8.4.** O agente de contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como documentação suplementar.

**8.5.** Não será credenciada a interessada que não apresentar a documentação válida exigida no presente edital.

**8.6.** Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz e cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

**8.7.** Será verificado se o interessado possui alguma restrição de contratar com a administração pública, no TCU (Tribunal de Contas da união) e no TCE-MG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais) e no Tribunal de Contas do seu Estado sede.

**8.7.1.** Caso conste em face do Interessado registro de inidoneidade, em qualquer ente da administração pública (federal, estadual ou municipal), o mesmo NÃO será contratado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

**8.7.2.** Registro de suspensão, em qualquer órgão/entidade que não o Município de São Francisco/MG, não impede a participação no credenciamento.

**8.7.3.** Registro de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Francisco/MG, ensejará a inabilitação do proponente.

**8.7.4.** Registro de impedimento de licitar e contratar com a administração pública, ensejará a desclassificação da proponente no item correspondente ao município.

**8.8.** O Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância do requerimento, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado.

**8.9.** O Agente de Contratação poderá ainda, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como solicitar documentos complementares.

## 9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 para fazer face às despesas serão utilizadas as dotações orçamentárias do orçamento vigente do Município de São Francisco:

Dotação Pessoa Jurídica: 060110.302.8003.6810 339039 - Ficha <b>4841</b>	Dotação Pessoa física Hospital e Caps: 060110.302.8003.6810 3339036 Ficha <b>-4846</b> 06.01.10.302.8003.6810.3339036 Ficha <b>-4835</b> 06.01.10.302.8003.6810.3339036 Ficha <b>-4834</b>
060110.302.8003.6810 339039 - Ficha <b>4837</b>	Dotação Pessoa física Atenção Primária: 06.01.10.301.8002.6806.3339036 Ficha <b>-4884</b> 06.01.10.301.8002.6806.3339036 Ficha <b>-4883</b>
060110.302.8003.6810 339039 - Ficha <b>4842</b>	06.01.10.301.8002.6806.3339036 Ficha <b>-4742</b>

## 10 – DOS VALORES

10.1 Pelos serviços prestados, pagarão os valores constantes do anexo I - Termo de Referência do presente edital, que estabelece tabela de valores para contratos de credenciamentos celebrados com os profissionais de saúde vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco/MG.

10.2 As despesas com alimentação, transporte, remuneração e impostos incidentes sobre os serviços, serão de responsabilidade dos credenciados.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

11.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na sua integralidade;

11.2. O Agente de Contratação ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões;

11.3. As demais condições ou exigências pertinentes ao objeto deste Edital são aquelas constantes dos seus anexos, partes integrantes deste Instrumento;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

**MINAS GERAIS**

**Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40**

11.4. O presente procedimento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, da Administração Pública;

11.5. O Agente de Contratação, no interesse da Administração Pública, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento;

11.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

11.7. A PREFEITURA poderá, a qualquer tempo, promover ajustes e modificações no Edital e/ou suas peças ou partes, em decorrência de alterações na legislação aplicável, promovendo a devida publicação no Diário Oficial do Municípios Mineiros;

11.8. A prestação dos serviços somente poderá ocorrer em estabelecimento do credenciado ou em estabelecimento credenciado da PREFEITURA, conforme dispuser o termo de contrato.

11.9. A PREFEITURA atuará diuturnamente, de forma a garantir que os usuários dos serviços de saúde recebam atendimento especializado em conformidade com as especificações e padrões estabelecidos pelo SUS;

11.10. O credenciado deverá emitir Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo, no caso de pessoa jurídica, e RPA no caso de pessoa física, constando número do CNPJ ou CPF, do contrato e obrigatoriamente a identificação dos serviços prestados, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, já incluído todos os impostos, taxas e encargos, além do nome e o número do banco, da agência e da conta corrente para crédito do pagamento, acostando ainda à mesma, relatório auxiliar detalhado, discriminando a prestação dos serviços, seus valores unitários, com a aprovação da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco - MG.

11.11. Fica eleito o foro da comarca de São Francisco - MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste credenciamento, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja;

11.12. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – (TERMO DE REFERENCIA) ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E TABELA DE PREÇOS;
- b) Anexo II – MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO;
- c) Anexo III - MODELO DE DECLARAÇÕES;
- d) Anexo IV- DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGOS;
- e) Anexo V – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.
- g) Anexo VI – MINUTA DE CONTRATO.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

---

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

São Francisco – MG, 19 de novembro de 2024.

Miguel Paulo Souza Filho  
**Prefeito Municipal**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## ANEXO I ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E TABELA DE PREÇOS; EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 06/2024

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **1 – DO OBJETO:**

**1.1** - Contratação de Pessoa Jurídica/Pessoa Física para prestação de serviços médicos em geral consultas especializadas, e procedimentos médicos. Conforme a demanda e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, e o Centro de regulação e agendamentos (TFD) e juntamente com Hospital Mun. Dr. Brício de castro dourado, constituída por profissionais especializados, com capacidade técnica, humana e tecnológica com execução continuada, para atender as necessidades precípua do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco – MG.

#### **2 – JUSTIFICATIVA:**

**2.1** - Justifica-se um novo credenciamento, pois tendo em vista que o Credenciamento realizado neste ano de 2024 o quantitativo não foi o suficiente pois a demanda do município teve um aumento considerável. A contratação em vista de garantir a execução dos eventos significativos que acontecem no âmbito de suas atribuições, levando em consideração a natureza da demanda institucional, tendo em vista os princípios administrativos da publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, bem como em critérios técnicos, para a contratação de Pessoa Jurídica/Pessoa Física especializada em prestação de serviços médicos, a presente contratação se justifica em razão da necessidade de oferecermos um serviço de saúde eficiente para a população, uma vez que, não dispomos em nossa estrutura organizacional, um quadro de profissionais habilitados. Justificativa para credenciamento de fonoaudiólogo: Considerando a necessidade de garantir a continuidade do atendimento especializado em fonoaudiologia aos munícipes de São Francisco, a Secretaria Municipal de Saúde se vê na obrigação de promover o presente credenciamento. Tal medida se faz necessária devido à licença maternidade da única profissional fonoaudióloga atuante no município, o que deixou a rede pública temporariamente sem atendimento nessa especialidade. A demanda pelos serviços de fonoaudiologia, especialmente para acompanhamento de crianças e adultos com distúrbios de comunicação e audição, é contínua e essencial para a promoção da saúde e o desenvolvimento dos pacientes. Portanto, a ausência de um profissional dedicado a essa área compromete diretamente a qualidade do atendimento prestado pela rede pública de saúde.

Diante da dificuldade em encontrar profissionais para preenchimento de vagas em tempo integral, a Secretaria de Saúde opta pelo credenciamento, possibilitando que o profissional contratado atenda sem a necessidade de cumprimento da carga horária regular. Essa flexibilização visa atrair profissionais, ampliando as chances de suprir a atual carência, ao mesmo tempo em que assegura a manutenção do atendimento à população.

Assim, o credenciamento de fonoaudiólogos se justifica como uma ação indispensável para assegurar que o município de São Francisco continue oferecendo o atendimento em fonoaudiologia, garantindo que os pacientes não fiquem desassistidos durante o período de licença da profissional titular.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

**2.2** - Diante do exposto, fica evidenciado que a contratação deste serviço é de fundamental importância para garantir o adequado funcionamento dos órgãos/unidades da Secretaria Municipal de Saúde na prestação dos serviços ofertados a população.

**2.3** - A contratação em apreço justifica-se de modo a evitar a descontinuidade dos serviços prestados, sendo que a quantidade estimada para contratação foi calculada com base nos Serviços ofertados nos exercícios anteriores.

## 3 – DOS SERVIÇOS:

**3.1** – Prestações de serviços médicos, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de São Francisco- MG, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste Termo de referência.

**3.2**- É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste CONTRATO, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante ou para o Ministério da Saúde.

## 4 – PRAZO DE EXECUÇÃO:

**4.1** – Os serviços serão executados, conforme demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

## 5 - DETALHAMENTO DO OBJETO:

TABELAS DE PLANTÕES/PROCEDIMENTOS						
Item	Quant	Unid.	Modalidade	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1.	1200	Consulta Médica por Especialidade	-	Médico da Dor	R\$ 85,00	R\$ 102.000,00
2.	1200	Consulta Médica por Especialidade	-	Psiquiatria	R\$ 120,00	R\$ 144.000,0
3.	400	Consulta Médica por Especialidade	-	Fonoaudiologia	R\$ 85,00	R\$ 34.000,00
4.	150	Exames	-	Teste da orelhinha	R\$ 50,00	R\$ 7.500,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## 5.1 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

<b><u>Dotação Pessoa Jurídica:</u></b> <b><u>060110.302.8003.6810 339039 - Ficha 4841</u></b>	<b><u>Dotação Pessoa física Hospital e Caps:</u></b> <b><u>060110.302.8003.6810 3339036000000.15000002-4846</u></b> <b><u>06.01.10.302.8003.6810.3339036000000.16000000-4835</u></b> <b><u>06.01.10.302.8003.6810.3339036000000.16210000-4834</u></b>
<b><u>060110.302.8003.6810 339039 - Ficha 4837</u></b>	<b><u>Dotação Pessoa física Atenção Primária:</u></b> <b><u>06.01.10.301.8002.6806.3339036000000.15000002-4884</u></b> <b><u>06.01.10.301.8002.6806.3339036000000.16000000-4883</u></b> <b><u>06.01.10.301.8002.6806.3339036000000.16210000-4742</u></b>
<b><u>060110.302.8003.6810 339039 - Ficha 4842</u></b>	

## 6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

**6.1** - A Contratada obriga-se a: efetuar execução dos serviços em perfeitas condições, pelo prazo de vigência do contrato, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, descrição do serviço.

**6.2** - Responsabilizar-se pelos erros e danos decorrentes de falha na prestação dos serviços.

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), os problemas e as consequências destes, decorrente da falha na prestação dos serviços. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

**6.3** - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade exigidas pela Lei 14.133/2021. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**6.4** - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando à contratante o direito de glosar o pagamento caso não satisfaça aos padrões especificados, até a correta execução.

Quando for o caso, comunicar imediatamente à contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias.

**6.5** - Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução dos serviços, seja por falha técnica ou por ação ou omissão de seus prepostos.

## 7- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

**7.1** - Promover o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas estabelecidas neste;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

**MINAS GERAIS**

**Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40**

**7.2** - Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da prestação dos serviços ou quando do funcionamento irregular para a imediata regularização das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos;

**7.3** - Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Contrato;

Atestar as notas fiscais/faturas desde que cumpram os requisitos indicados no Contrato;

Quando da observância de qualquer incongruência, notificar imediatamente a CONTRATADA para que promova as adequações necessárias à consecução do pagamento;

**7.4** -Notificar a CONTRATADA, por escrito sobre as imperfeições, falhas, defeitos, mau funcionamento e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no Contrato, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado;

Permitir a entrada dos funcionários da CONTRATADA, desde que devidamente identificados,

Garantindo o pleno acesso às dependências das unidades administrativas, bem como fornecendo todos os meios necessários à execução dos serviços;

**7.5-** Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos; prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA; dirimir, por intermédio dos fiscais do Contrato, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de funcionário especialmente designado. Efetuar o pagamento à contratada mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor responsável, por meio de crédito em conta corrente bancária.

## **8 - ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS:**

### **ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE MÉDICO PSIQUIATRA**

Realizar consulta médica prestando assistência integral (promoção e proteção da saúde, Prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde). Realizar Solicitação de exames-diagnósticos relacionados à sua atividade; analisar e interpretar Resultados de exames diversos; manter registro adequado do atendimento no prontuário do Paciente. Realizar atendimentos individuais ou de grupos; realizar avaliação clínica psiquiátrica; Planejar, coordenar, prestar assistência às vítimas de violência em suas famílias; emitir Atestados, laudos e pareceres sobre as condições de saúde dos pacientes; trabalhar em Equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar; realizar matricialmente e discussão de caso junto aos profissionais dos demais serviços de saúde; desenvolver e/ou participar de projetos Inter Setoriais para promover a saúde das pessoas e de suas famílias; participar de capacitações e Treinamentos; participar do acolhimento atendendo as intercorrências dos usuários;

### **ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE MÉDICO PSIQUIATRA:**

Realizar consulta médica prestando assistência integral à saúde mental (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e Manutenção



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

**MINAS GERAIS**

**Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40**

da saúde), atendendo todas as faixas etárias, ciclos de vida e Especificidades relacionadas (infância, adolescência, adultos, gestantes, idosos,

Vítimas de violência, programas de prevenção ao suicídio, assistência às pessoas Com transtorno do espectro autista, assistência às pessoas com déficit de Atenção/Hiperatividade, assistência às pessoas usuárias de substâncias psicoativas, Entre outros); efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever Medicamentos e realizar outras formas de tratamento, para diversos tipos de Sofrimento mental, aplicando recursos da medicina preventiva e terapêutica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os

Padrões normais, para confirmar e/ou informar os diagnósticos; manter registros Adequado dos pacientes em prontuário, anotando a conclusão diagnosticada, Tratamento prescrito e evolução da doença; efetuar atendimento integral à saúde Mental em atendimentos individuais ou coletivos: 1. Realizar anamnese; 2. Efetuar Exame físico; 3. Efetuar exame psiquiátrico; 4. Determinar o diagnóstico ou Hipótese diagnóstica; 5. Solicitar exames laboratoriais e outros quando julgar necessário; 6. Ministras o tratamento (medicamento, dosagem, uso e duração); Participar do acolhimento atendendo as intercorrências do usuário; prestar Atendimento em urgências psiquiátricas; encaminhar pacientes para atendimento Especializado, quando for o caso; sugerir internações ou remoções, desde que com Consentimento do interessado outros de rotina funcional; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população.

## **AS ATRIBUIÇÕES DE UM MÉDICO DA DOR:**

Também conhecido como especialista em medicina da dor, incluem: avaliar e abordar clinicamente o paciente com queixas de dor reconhecer as principais síndromes dolorosas e como tratá-las

Identificar os principais métodos de diagnóstico e avaliação da dor Gerir corretamente as principais medicações utilizadas no tratamento da dor Indicar os principais tratamentos intervencionistas em caso de intolerância ou falha no tratamento medicamentoso

O médico da dor trabalha para reduzir e controlar a dor do paciente, com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida e permitir que ele recupere a sua funcionalidade. O tratamento pode ser contínuo e multidisciplinar, envolvendo uma equipe de profissionais de saúde.

O médico da dor trata uma ampla gama de condições, como:

- Dores lombares
- Dores decorrentes de estenose do canal vertebral
- Artrite reumatóide
- Dores oncológicas
- Enxaquecas
- Fibromialgia
- Outras patologias neurológicas
- Dores pós-operatória.

## **AS ATRIBUIÇÕES DE UM FONAUDIÓLOGO:**

Diagnóstico:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

Realizar exames fonéticos de linguagem e audiométricos para diagnosticar deficiências de audição, voz, linguagem e comunicação oral

Tratamento: Elaborar e desenvolver programas de tratamento para distúrbios de voz, fala, linguagem, expressão do pensamento, verbalização e audição

Orientação explicar procedimentos e rotinas, demonstrar técnicas, orientar técnicas ergonômicas e esclarecer dúvidas.

Prevenção: Planejar programas e campanhas de prevenção e promoção de saúde e qualidade de vida Adaptação Indicar e adaptar tecnologia assistiva, prescrever e adaptar órteses e próteses, e aplicar procedimentos de adaptação pré e pós-cirúrgico.

Avaliação realizar e supervisionar testes de audição e equilíbrio

Prescrição prescrever medicamentos e selecionar, ajustar e dispensar aparelhos auditivos.

## **ATRIBUIÇÕES EXAMES E CONSULTAS:**

O Município de São Francisco e a Secretaria Municipal de Saúde vêm ampliando gradualmente os Serviços de de Média Complexidade Ambulatorial através do Pacto de Gestão, visando à integralidade da atenção à saúde de seus cidadãos. O referido município dispõe de consultas e exames especializados em seu Centro de Saúde de Especialidades, realizados os agendamentos pela Central de Regulação e Agendamento, portanto a estrutura própria não ser a figura suficiente do ponto de vista qualitativo, como também do ponto de vista quantitativo, pois além da impossibilidade de atendimento de todas as especialidades/clínicas médicas diretamente pelo Município. Decorrente destas restrições e pela ausência de oferta de profissionais disponíveis no mercado para atuarem como agentes públicos, e fato que a rede física do Município não é suficiente para prestar o atendimento, importando em uma conclusão da impossibilidade de ampliação dos serviços, como forma de solucionar a grande demanda de serviços de saúde, e que atualmente encontra-se muito aquém da demanda reprimida, justifica-se o credenciamento das especialidades e exames para poder atender de forma eficaz e qualificada. Nesse sentido, tem justificado todos os esforços e praticado todos os atos na busca pela manutenção e ampliação dos serviços necessários à resolução dos problemas de saúde da população.

## **9 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

**9.1** - A fiscalização, autorização, conferência e recebimento do objeto do contrato serão realizados pela Administração, através da Secretaria Municipal de Saúde,

O recebimento dos serviços será feito pela Administração, através da Secretaria Municipal de Saúde.

A Administração, através de que designar, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações contratuais assumidas pela Contratada.

## **10- INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (Art. 92, XIV)**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

**a)** der causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou

Ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem Motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar Declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas Alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da Parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de Inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de Inexecução parcial;

**10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

**10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

**10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159)

**10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**10.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art.161).

**1.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## ANEXO II.

### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 06/2024

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG

Para a atenção do Agente de Contratação.

Referência: Credenciamento nº 06/2024.

(Razão social) ....., CNPJ/MF nº .....,  
inscrição estadual nº .....,  
telefone:..... fax: ..... e-mail:.....  
por seu representante legal, senhor  
(a).....  
(nacionalidade).....,(estado civil) ....., RG nº.....  
expedido por.....,CPF nº ....., residente à  
....., nº.....  
apto. nº ....., Bairro: ....., (cidade) ...../(UF) ....., CEP:  
....., telefone: ....., celular:....., e-mail:  
....., requer sua inscrição no processo nos termos da Lei  
federal nº 14.133/2021, Artigo 74, para o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas  
especializadas na realização de serviços médicos, consultas médicas e exames, para atender a  
demanda da Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos, por seleção paralela e não  
excludente, mediante às condições previstas no Edital de credenciamento nº. 006/2024.

Item(s) solicitado (S) para o credenciamento-----

São Francisco-MG, ..... de ..... de.....

-----

(Assinatura do profissional ou do(s) representante(s) legal(is) da empresa, sobre carimbo)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG**

**Para a atenção do Agente de Contratação.**

A empresa/ Pessoa Física \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/CPF sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_, declara para os fins de participação no Credenciamento - N.º 006/2024 do Município de São Francisco/MG que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pelo Município de São Francisco/MG e de que o requerimento apresentado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Se for o caso, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) Que não possui nenhum impeditivo vigente para participar do presente credenciamento, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

f) Na execução do objeto contratado, a Contratada se responsabiliza pelo uso regular de dados de pacientes para uso exclusivo das finalidades do Município de São Francisco/MG, sob pena de sofrer as sanções legais.

g) Declaro serem autênticos os documentos apresentados para fim de habilitação.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Data e local

-----

(Assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa, sobre carimbo) /Pessoa Física



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

(Art.17, Lei Nº 1496/95)

O (a) abaixo (a) assinado (a) \_\_\_\_\_, de conformidade com a legislação vigente para fins de admissão no serviço público municipal DECLARA, responsabilizando – se penal e administrativamente por qualquer falsidade, incorreção ou omissão na esfera Federal, Estadual ou Municipal e poderes, na Administração Direta, Sociedade de Economia Mista, Empresa, Fundações, e Autarquias, que:

a – ( ) não ocupa qualquer outro cargo, função ou emprego público;

b – ( ) ocupa o(s) seguintes cargo(s) emprego(s) público(s) \_\_\_\_\_  
órgão \_\_\_\_\_;

c – ( ) está ou ( ) não está aposentado(a) em qualquer cargo/ emprego público;

d – ( ) está ou ( ) não está em gozo de licença ou disponibilidade em cargo/ emprego Público.

Local : \_\_\_\_\_ data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Endereço residencial

\_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

Cpf \_\_\_\_\_ Natural: \_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_ Carteira de

Identidade N° \_\_\_\_\_

DECLARANTE



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇO

\_\_\_\_\_, com sede administrativa na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita sob o CNPJ \_\_\_\_\_, inscrição municipal nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins de prestação de serviços no Processo Licitatório nº **0153/2024**, Credenciamento nº 06/2024, tendo por objeto Contratação de Serviços Médicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o seguinte:

1. Que o responsável técnico pela execução dos serviços contratados pelo Município de São Francisco, Estado de Minas Gerais, é(são) o(s) seguinte(s) médico(s):

- a. \_\_\_\_\_,
- b. \_\_\_\_\_,
- c. \_\_\_\_\_,
- d. \_\_\_\_\_.

Ciente das sanções criminais para o caso de falsidade da presente declaração, subscreve,

#### RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA CREDENCIADA

Responsável legal

São Francisco/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**Obs. O anexo V é obrigatório somente para pessoas Jurídicas.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

## ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO.

**CONTRATO nº. -----/2024 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG E XXXXXXXXXXXX.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG**, com sede em Av. Montes Claros, nº 243 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.679.153/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **LUCAS MAQUIEL DE ALMEIDA PARAÍSO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua da Chegada nº 440 BB, na localidade Vila do Morro, no Município de São Francisco/MG, portador da Cédula de Identidade nº MG 16721459, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 102.410.166-57 sob o Decreto Municipal nº. 021/2022, a seguir denominada apenas CONTRATANTE, e XXXXX sediada em XXXX, na XXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXXXX, CEP XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, I.E. XXXX, por seu representante legal XXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, decorrente de processo de credenciamento nº 06/2024, que se regerá pela Lei nº 14.133/21, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **Cláusula primeira - DO OBJETO.**

1.1 O objeto deste Contrato é a contratação de serviços médicos, consultas médicas e exames, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos, mediante adesão às condições previstas neste Edital.

### **Cláusula Segunda - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. Os serviços serão prestados na cidade de São Francisco/MG, no Hospital Municipal Dr. Bricio de Castro dourado (Plantão e consultas), postos de Saúde (Consultas) e clínicas credenciadas no Município (Exames).

### **Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA**

3.1. O presente contrato vigorará pelo prazo a partir da data de sua assinatura até **31 (trinta e um) de Dezembro de 2024**, podendo ser vantajoso para a Administração Municipal, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/21, ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

### **Clausula Quarta – Da Possibilidade de Reajustamento**

4.1 os valores constantes do contrato em regra são irrealizáveis, possibilitada a revisão quando ocorrerem fatos posteriores à contratação que sejam imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, decorrentes da ocorrência de caso fortuito ou força maior, ou por situações geradas pela administração pública.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

4.2 Caso ocorram às prorrogações previstas no Parágrafo anterior, o reajuste anual do preço do contrato ocorrerá tendo por base o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) ou outro índice que eventualmente venha a substituí-lo.

## Cláusula Quinta - DO PREÇO

5.1. A PREEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, os valores dispostos na tabela de preços Anexo I, termo de referencia.

### 5.1.1. Item (S) Contratado (S): xxxxxxxxxxxx.

Item	Quant	Unid.	Modalidade	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
------	-------	-------	------------	-----------	--------------------	--------------------

## Cláusula Sexta - DO PAGAMENTO.

6.1. O pagamento dar-se-á na forma da Lei 14.133/21, por crédito na conta corrente do Contratado, sendo que este será efetuado mediante apuração da prestação do serviços com apresentação da Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo no caso de pessoa jurídica, e RPA no caso de pessoa física, referente à prestação do serviço, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, mediante comprovação da prestação dos serviços emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os trâmites internos da empresa.

§-1º Caso ocorra alguma irregularidade na emissão da Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo no caso de pessoa jurídica e RPA no caso de pessoa física, essa será devolvida ao CONTRATADO para a devida regularização, caso em que o prazo para pagamento será recontado a partir da data de sua reapresentação, sem erros.

§-2º A Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo no caso de pessoa jurídica e RPA no caso de pessoa física emitida deverá referir-se única e exclusivamente aos serviços constantes do objeto deste contrato.

§-3º A CONTRATANTE não arcará com eventuais acréscimos constantes na Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo no caso de pessoa jurídica e RPA no caso de pessoa física, que não estiverem previstos neste Instrumento.

§-4º O CNPJ constante da Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo no caso de pessoa jurídica, e o CPF consignado no RPA, no caso de pessoa física, deverá ser o mesmo registrado no presente instrumento, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

§-5º Deverá ser apresentado, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo, relatório auxiliar detalhado, discriminando os serviços prestados, tais como número de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

plantões prestados ou dias efetivamente trabalhados, devidamente atestados pelos respectivos fiscais de contratos e registrados e sistema de registro de ponto eletrônico.

§-6º O CONTRATADO deverá informar na Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo no caso de pessoa jurídica, e RPA no caso de pessoa física, o nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO, o número do contrato e obrigatoriamente a identificação dos serviços prestados, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, já incluído todos os impostos, taxas e encargos, além do nome e o número do banco, da agência e da conta corrente para crédito do pagamento.

## Cláusula Sétima - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta de recursos próprios do orçamento do município, na seguinte dotação:

Dotação Pessoa Jurídica: 060110.302.8003.6810 339039 - Ficha <b>4841</b>	Dotação Pessoa física Hospital e Caps: 060110.302.8003.6810 3339036 Ficha <b>-4846</b> 06.01.10.302.8003.6810.3339036 Ficha <b>-4835</b> 06.01.10.302.8003.6810.3339036 Ficha <b>-4834</b>
060110.302.8003.6810 339039 - Ficha <b>4837</b>	Dotação Pessoa física Atenção Primária: 06.01.10.301.8002.6806.3339036 Ficha <b>-4884</b> 06.01.10.301.8002.6806.3339036 Ficha <b>-4883</b>
060110.302.8003.6810 339039 - Ficha <b>4842</b>	06.01.10.301.8002.6806.3339036 Ficha <b>-4742</b>

## Cláusula Oitava - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DO OBJETO.

8.1. Os serviços serão executados em unidade da rede municipal de atenção a saúde, sob a supervisão direta da Secretaria Municipal de Saúde, e em local a ser designado pela mesma, devendo o profissional credenciado observar todas as normas internas de controle da prestação de serviços, bem como normas técnicas e éticas aplicáveis aos serviços médicos pelos órgãos fiscalizadores e reguladores da categoria profissional.

8.2 para acompanhamentos dos contratos oriundos do presente instrumento caberá a secretaria Municipal de Saúde designar um ou mais servidores para a exercerem a atividades de fiscalizações dos contratos.

8.3 Os Serviços, Objeto deste credenciamento ocorrerá nas unidades que requisitarem, sob supervisão dos profissionais que acompanharão a execução dos contratos.

## Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 São obrigações do CONTRATADO, além das demais previstas neste Contrato:

I – Garantir fiel e precisa observância ao disposto nas normas regulamentadoras expedidas pelo Conselho Federal de Medicina e pelo SUS;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

- II – Submeter-se a todas as condições contratuais, estabelecidas como condição para a prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- III - Respeitar o código de conduta ético-profissional;
- IV – Executar os serviços contratados nos mesmos padrões da assistência dispensada aos seus clientes particulares;
- V – Transferir todos os registros médicos, originários deste contrato ao médico indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, no término do período contratual ou em caso de rescisão contratual antecipada;
- VI – Emitir Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo no caso de pessoa jurídica e RPA, no caso de pessoa física, em nome da CONTRATANTE após a prestação do serviço, nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento;
- VII – Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e comprovadas na contratação, devendo encaminhar á PREFEITURA, assim que vencidas, novas certidões atualizadas, bem como eventuais alterações no seu contrato social;
- VIII – Aceitar, sem restrições, a fiscalização por parte da CONTRATANTE no que tange ao fiel cumprimento das condições e cláusulas pactuadas;
- IX – Zelar pela qualidade dos serviços prestados, promovendo as alterações necessárias, às suas expensas, no total ou em parte, quando esses estiverem em desacordo com o estabelecido neste Contrato;
- X – Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos materiais e pessoais por ela causados, por culpa ou dolo, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- XI – Arcar com todos os ônus decorrentes da execução deste Contrato, pagando os tributos devidos por suas atividades, cumprindo regularmente as obrigações próprias do empregador, especialmente as de natureza trabalhista, previdenciária e tributária, sem qualquer responsabilidade ou solidariedade por parte da CONTRATANTE.
- XII – É de responsabilidade do profissional material de bolso (estetoscópio, esfignomanometro, lanterna clínica, termômetro e otoscópio).
- XIII- Cumprir integralmente os horários de atendimento, inclusive apontando os horários na forma indicada pelo município.
- XIV - Os serviços serão pagos mediante a efetiva prestação dos serviços, sendo os plantões presenciais auferidos de acordo, com os registros de ponto correspondente, plantões de sobreaviso mediante contagem de plantões efetivamente registrados e cumpridos na forma de escala, e exames e consultas mediante contagem de autorizações efetivamente executadas pelo profissional ou empresa credenciada, todos os casos devidamente atestados pela fiscalização de contratos.
- XV – Os profissionais credenciados nos plantões de sobreaviso, quando acionados deverão se apresentar no setor solicitado entre 10 a 30 minutos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

XVI – Os profissionais que realizará plantões, em regime de sobreaviso, deverão atender na urgência e emergência, realizar visitas bem como atender intercorrências nos setores estabelecidos pela chefia imediata.

XVII – Os profissionais que realizarão plantões presenciais (pronto socorro, ambulatório e outros) não poderão se ausentar do Hospital, enquanto estiverem de plantão.

XVIII – O profissional deverá comunicar com antecedência mínima de 48 horas a direção clínica e administrativa do hospital ou do setor caso ocorra algum imprevisto que o impeça de prestar o serviço, **FICANDO O MESMO RESPONSÁVEL PELA SUBSTITUIÇÃO**, sendo que esta substituição deve ser feita formalmente (Declaração de substituição) apenas mediante previa e expressa autorização de tais direções. Caso não cumpra com as obrigações, o mesmo sofrerá penalidade administrativa.

XIX – Caso a contratada (empresa médica credenciada) manifeste interesse em encerramento de contrato do serviço prestado, esta deverá apresentar solicitação por escrita com no prazo de 30 dias a contar da data da sua manifestação. Caso não cumpra com as obrigações, o mesmo sofrerá penalidade administrativa.

XX - O médico deverá utilizar o tempo efetivamente necessário ao bom relacionamento médico-paciente e a perfeita execução profissional para a realização do atendimento do usuário dentro da complexidade do seu problema de saúde, realizando e registrando anamnese, exame físico, diagnóstico, tratamento.

XXI - Deverá atender de maneira integrada, articulada e contínua seguindo as diretrizes assistenciais e protocolos definidos pela Secretaria de Estado de saúde de Minas Gerais obedecendo às resoluções do programa bem como protocolos estabelecidos e padronizados pela instituição, regimentos internos e códigos de conduta;

XXII - Responsabilizar- se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiro decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do contratante e seu acompanhamento.

XXIII - Os procedimentos realizados pelo credenciamento são de inteira responsabilidade do profissional / entidade credenciada, sendo que o ente credenciador se reserva o direito de descredenciar qualquer profissional quando se verificar supostos abusos injustificados a qualquer procedimento nitidamente desnecessário, observado o devido processo legal e a ampla defesa;

XXIV – Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento), do seu valor inicial atualizado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

XXV - É vedada a prestação de serviços pela contratada, com a participação de funcionários que pertencem aos quadros de servidores públicos do contratante, nos termos da proibição constante do estatuto dos servidores Municipais, **com exceção de médicos plantonistas.**

XXVI - As empresas credenciadas/contratadas no tocante a realização de exames deverá disponibilizar profissionais capacitados, conforme as disposições deste Edital, em número suficiente para atender a demanda do Município e com observância da legislação brasileira.

XXVII- Todos os exames devem possuir laudos técnicos acompanhados das imagens, devidamente assinados pelo profissional responsável.

XXVIII - O fornecedor dos serviços deverá disponibilizar vestimentas em quantidade suficiente e devidamente higienizada e lacrada, para a utilização individual dos pacientes durante a realização dos exames, bem como deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que a prestação dos serviços seja feita em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

## **Cláusula Decima - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. São obrigações da CONTRATANTE, além das demais previstas neste Contrato:

- I- Prestar ao CONTRATADO todas as instruções e esclarecimentos que se fizerem necessários para a boa execução dos serviços, objeto deste contrato;
- II– Comunicar por escrito ao CONTRATADO todo e qualquer entendimento administrativo e operacional necessários à execução deste contrato;
- III– Observar as normas e os regulamentos do estabelecimento contratado, previamente apresentado à CONTRATANTE para conhecimento;
- IV– Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula quinta;
- V– Notificar o CONTRATADO quando da ocorrência de alguma irregularidade, fixando- lhe prazo para saná-la.

## **Cláusula Décima Primeira - DAS SANÇÕES**

11.1- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do CONTRATADO, sujeitando-a as seguintes penalidades, atendida a legislação aplicável, a saber:

- I - advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- II - multa - deverá observar os seguintes limites máximos:
  - a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;
  - b) vinte por cento sobre o valor do serviço realizado em desacordo com as normas procedimentais de saúde.
- III - impedimento de licitar e contratar;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

**MINAS GERAIS**

**Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40**

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

§ 1º Em caso de atraso injustificado na execução do objeto, poderá a Administração Pública Municipal aplicar multa de até três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso, ou de até vinte por cento, em caso de atraso superior a trinta dias, sobre o valor do serviço não realizado, conforme previsão constante do art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º A aplicação de multa, seja moratória ou compensatória, fica condicionada a sua previsão expressa e suficiente no edital e no contrato, quando houver, por meio de cláusula que contenha a indicação das condições de sua imposição no caso concreto bem como dos respectivos percentuais aplicáveis, conforme art. 162 e inciso II do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º O valor da multa aplicada, nos termos do inciso II, será retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

## **Cláusula Décima Segunda - DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.**

12.1- O recebimento do objeto deste contrato deverá ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco - MG, sendo:

I - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

II - A prestação de serviços hospitalares será fiscalizada pelo Departamento de Serviços Médico-Hospitalares, através do Diretor Clínico, incumbindo aos que o executam sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários, juntamente com assinatura de folha de ponto ou registro biométrico, cadastrado no Departamento de Recurso Humano do Hospital. A prestação de serviços para a atenção primária a fiscalização será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, por servidor a ser designado, observado o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **Cláusula Décima Terceira - DA RESPONSABILIDADE.**

13.1-Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, mencionadas no art. 393 do Código Civil, o CONTRATADO responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela CONTRATANTE ou causados a terceiros, por ato ou fato comissivo ou omissivo do CONTRATADO ou de seus prepostos.

13.2- Em caso de ocorrências de prejuízos e danos previstos no inciso anterior, a CONTRATANTE poderá abatê-lo das faturas relativas à prestação dos serviços, ou se



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

inviável à compensação, promover a cobrança judicial, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

13.3- Fica expressamente estipulado que não se estabelece, para nenhuma das partes, por força deste instrumento, direitos e obrigações além daqueles expressamente aqui estabelecidos e nem se configura qualquer tipo de responsabilidade solidária ou subsidiária, entre estas, com relação ao pessoal que qualquer delas venha a empregar ou utilizar para a execução do objeto do presente contrato, correndo por conta exclusiva da parte que contratar estes serviços, todas as despesas com salários, honorários, recolhimento de encargos sociais, securitários ou tributários ou qualquer outro decorrente da legislação vigente.

13.4- A mera tolerância na exigência do cumprimento de alguma obrigação deste contrato, não implicará perdão, renúncia ou alteração do que foi pactuado.

## **Cláusula Décima Quarta - DAS ALTERAÇÕES.**

14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previsto pelo art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela Autoridade Competente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO/EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**15.2** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**15.2.1** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**15.2.2** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**15.2.3** Para efetuar a rescisão/descredenciamento a contratada deverá enviar solicitação formal de descredenciamento via e-mail, com um prazo de antecedência de 60 (sessenta) dias.

**15.3** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos seguintes motivos, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

**15.3.1** Por iniciativa do Município de São Francisco/MG:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou dissolução da sociedade;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) razões de interesse público, justificadas pela Secretaria de saúde do Município de São Francisco/MG;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

g) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

#### **15.3.2** Por iniciativa do Contratado:

a) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do Município de São Francisco/MG, por prazo superior a 3 (três) meses e para o qual o Contratado não tenha dado causa;

b) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, para as quais o Contratado não tenha dado causa;

**15.3.3** Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Secretário de saúde do Município de São Francisco/MG e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **Multa**: multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota fiscal/fatura, relativa ao mês da ocorrência quando a contratada:
  - I. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
  - II. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização por escrito do **Município de São Francisco/MG**;
  - III. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
  - IV. Desatender as determinações da fiscalização;
  - V. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
  - VI. Não iniciar, sem justa causa, a execução do contrato no prazo fixado;
  - VII. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
  - VIII. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má-fé, venha causar danos ao Município e/ou terceiros,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

**16.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**16.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**16.5** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, em processo administrativo próprio.

**16.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente, se inerte o Contratado no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo **Município de São Francisco/MG**.

**16.7** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto em Resolução própria do **Município de São Francisco/MG**.

**16.8** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.9** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**16.10** O **Município de São Francisco/MG** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**16.11** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Regulamento.

## **Cláusula Décima Sétima - DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS.**

17.1. A prestação dos serviços objeto deste CONTRATO tem como objetivo atender exigências do SUS e do Sistema Nacional de Saúde.

17.2. O presente contrato não gerará certeza de faturamento por parte dos CONTRATADOS, ficando condicionado à efetiva prestação dos serviços.

## **Cláusula Décima Oitava - DA PUBLICAÇÃO.**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

**MINAS GERAIS**

**Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40**

18.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios mineiros, nos termos do parágrafo único do art. 94 da Lei Federal no 14.133/21.

## **Cláusula Décima Nona - DO FORO.**

19.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Francisco-MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim avençadas, as partes assinam este Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para fins de direito e de publicação.

São Francisco- MG, ----- de ---- 2024.

## **MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO - MG**

**Lucas Maquiel de Almeida Paraíso – Secretario Municipal de Saúde.  
Contratante.**

## **PESSOA FISICA ou EMPRESA**

**CPF/CNPJ**

**Contratado**

## **TESTEMUMHAS.**

**01-**

**02-**